

A Oficina da História: Método e Ficção

The Workshop of History: method and fiction

Heliana de Barros Conde Rodrigues *

RESUMO:

O texto, introdutório de uma mesa-redonda propõe reflexões, a partir das idéias dos debatedores Luiz Fernando Duarte, Virgínia Fontes e Magali Engel, sobre os saberes e práticas psi que, em nome de um suposto bem comum, estariam limitados a essa ideologia, dispensando qualquer relação com outros saberes, visões de mundo ou outras práticas. O texto destaca que esses questionamentos só começaram a se concretizar, no Brasil, a partir de 1978, com o surgimento de movimentos sociais que levaram à redemocratização brasileira.

Palavras-Chave: História, método, ficção, práticas psi

ABSTRACT:

Based on the ideas of the round-table participants (Luiz Fernando Duarte, Virgínia Fontes and Magali Engel), the paper discusses psi knowledge and practices which, in behalf of common good, were limited to this ideology, regardless of any relationship with other fields, world views or other practices. The paper points out that these reflections started to become reality in Brazil in 1978, when social movements led to the brazilian redemocratization process.

Key words: History; method; fiction; psy practices.

O título da presente mesa redonda (e deste texto introdutório) resulta de uma combinação deliberada, e quiçá antropofágica, de *raptos* e *roubos*.

A *oficina da história* é denominação roubada de um conhecido livro do historiador francês François Furet que, independentemente da excelência de seu conteúdo, é capaz, unicamente mediante seu título, de provocar o *pensamento*. Pois se da história faz-se *oficina*, ou, alternativamente, se *em oficinas* fazemos história, esta última emerge sob a figura de um *trabalho*. Neste sentido, Clio, sua musa, aparece enquanto produção (de linguagem, imagens, conceitos...) “susceptível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao custo de certo esforço (...) e com a eventual recompensa de um certo prazer, quer dizer, de um acesso a uma outra imagem da verdade” (FOUCAULT et al, 1989, p. 7).

Além de roubar títulos, conseguimos raptar alguns daqueles que, através de seus escritos-trabalho, nos têm instigado exatamente ao esforço em busca de tal *pensamento-recompensa*. Estão conosco Luiz Fernando Duarte e Virgínia Fontes, como deveria estar Magali Engel, “fugida” na última hora, em função de inadiáveis compromissos (talvez com outros raptos...).

Luiz Fernando tem introduzido diferenças significativas no campo de nosso saber - aqui figurado por Psyché, personificação grega da alma humana - pelo menos desde o começo dos anos 80. Muitos dos presentes decerto recordarão o impacto, sobre nossas “vontades humanistas” ou alegada e justificavelmente “democratizantes”, do artigo *Considerações teóricas sobre a questão do “atendimento psicológico” às classes trabalhadoras*, redigido em co-autoria com Daniela Ropa. Ali, um criativo manejo de autores-ferramenta como Foucault, Sennett, Castel, Dumont,

Boltanski, Loyola, Figueira, Lévi-Strauss, Berger, Bernstein, Bourdieu e Freire Costa, entre outros, no bojo de uma pesquisa desenvolvida entre 1981 e 1983 com moradores da periferia do Rio de Janeiro, nos desalojava, decerto à custa de muito esforço, de nossas até então demasiadamente tranquilas plagas profissionalistas, científicas e/ou tecnicistas, mediante uma poderosa *oficina* (ou mesmo *usina*) de reflexões críticas. Dentre estas, recordo apenas uma, que julgo fundamental:

“Uma alternativa [psicoterapêutica] que prescindisse da análise destas questões [relativas às representações das classes trabalhadoras acerca do sofrimento psíquico, bem como de suas formas para lidar com ele] seria (...) não apenas falha, como perigosa. Atuar em nome de uma suposta prevalência da ideologia dominante, desconsiderando as demais representações e visões de mundo seria, na realidade, mais uma forma de reforço e perpetuação da dominação e uma atitude tão nociva ou mais do que a ingênua defesa da cultura popular”. (DUARTE, ROPA, 1985, p. 181)

A este artigo seguiu-se *Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)*, tese de doutorado de Luiz Fernando, publicada em 1986, na qual estas preciosas análises sobre os limites do pensamento e intervenção *psi* se fizeram invariavelmente acompanhar da presença perturbadora de Clio: a figura do “nervoso” seria menos uma “espontânea” criação “popular” do que um cuidadoso artefato de uma certa medicina, sempre alerta para “fazer populares” seus supostamente tão “complexos” paradigmas organicistas.

A partir de então, Luiz Fernando fez-se constante companheiro discursivo daqueles agentes *psi* voltados à *ficção*. Não porque em suas pesquisas esta se opusesse ao método - seu texto, a seguir, facilmente desmentiria tal assertiva -, mas porque somente uma *corporificação estrita* das reflexões por ele operadas nos propiciariam algum espaço de ruptura, ao menos parcial, com o encargo social com que tão habilmente nos confrontava - disciplinarização-controle-invalidação -, permitindo-nos inventar conceituações e práticas até então inexistentes, embora igualmente arriscadas, acerca das quais deveríamos exercer a mesma atenção crítica. Sendo assim, nosso companheiro nos incitou a novos roubos, raptos, ou mesmo *espoliações*, conforme nos sugere Ewald, em uma referência à Esquizoanálise que a liberta dos usos mercadológico-técnicos de que tantas vezes se tem visto refém:

“Você quer fazer psicologia? Deleuze e Guattari dizem: aprenda a história, percorra as grandes formações da história universal (...) , espolie a biblioteca do arqueólogo, do etnólogo, do economista, empanturre-se de literatura e de arte, estão aí as disciplinas do desejo, as disciplinas que relatam no seu conjunto e na diversidade as produções do desejo. (...) Aprenda a ver o múltiplo que aí está em construção”. (EWALD, 1991, p. 90)

Embora muito tenhamos espoliado a biblioteca de Magali Engel, de *Meretrizes e Doutores* (1989) a suas reflexões mais recentes sobre a construção, no Brasil, da loucura como doença mental – nas quais tem como *intercessores*², além dos historiadores, a literatura de Domingos Olímpio, Machado de Assis, Lima Barreto e João do Rio –, não a acompanharemos em suas linhas de fuga. Preferimos começar a nos deixar afetar pelo trabalho de Virgínia Fontes que, em um artigo recente, incluído na coletânea *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, nos

vem “interceptar” com o tema *História e Modelos*. Nada mais apropriado para introduzir esta mesa, que igualmente trabalha com a sempre tão produtiva conjunção “e”: história e modelos, método e ficção....

No referido artigo, depois de apresentar os sentidos que toma, em história, o termo modelo, e de discutir as relações que mantém a disciplina historiográfica com os pressupostos cognitivos presentes nas elaborações de Karl Marx – a produção da vida material - e Max Weber - os tipos ideais e a questão da cultura -, assim se refere a autora às tendências atuais de utilização de modelos em história:

“...a tendência contemporânea é a de elaboração de modelos submetidos a controles mais estritos. Para tanto, ao invés de trabalhar com processos de longuíssima duração e com universos sociais variados, os modelos tendem a ser construídos a partir de situações sociais bem demarcadas. (...) Com isso, se a abrangência fica reduzida, ela se torna capaz de traduzir mais fielmente os momentos de inflexão, de instabilidade e os parâmetros que indicam as linhas de força e de modificação do sistema”.(FONTES, 1997, p. 369-370)

O fragmento fala, simultaneamente, em “tradução fiel” e em “momentos de inflexão e instabilidade”. Situa-nos, portanto, no cerne da relação problemática entre o procedimento metodológico regular ou normatizado - característico dos saberes científicos ou com pretensões ao conhecimento verdadeiro -, e a circunstância de que, fazendo o saber histórico parte da própria história, aquele jamais é neutro em suas afirmações, podendo, por conseguinte, favorecer ou bloquear - portanto, *ficcionar* - as próprias transformações que investiga. Trata-se necessariamente, em história, para usar uma terminologia cara a Michel Foucault, de um trabalho de *ficção* no interior de processos de *verificação*.

Permito-me, a partir deste momento, e para que não se estenda demasiado esta introdução, mais uma vez raptar/roubar nossos intercessores - no caso, alguns dos campos de análise abertos por textos publicados de Luiz Fernando e Virgínia -, a fim de com eles formar novas séries, pois “se não formamos uma série, mesmo que imaginária, estamos perdidos”.(DELEUZE, 1992, p. 156)

Recentemente, encontrei uma observação acurada acerca do termo *justiça* - questão sem dúvida implicada pelas conjunções Clio e Psyché, ou método e ficção -, da qual lanço mão para que possamos aspirar a alguma criação:

“Se o significado depende do uso como quer a pragmática, nós, brasileiros, temos um curioso senso de justiça. Costumamos dizer que uma roupa é justa quando está apertada. O justo se nos afigura ser também o que impede a liberdade de movimentos; o que, portanto, não é justo. Justiça há quando somos capazes de nos movimentar, quando mais de um sentido é possível.”(VAZ, 1997, p. 5)

Tempos houve em que, talvez, fôssemos estritamente “justos” (ou injustos!) e não o percebêssemos - os saberes e intervenções *psi*, notadamente os clínicos, se nos afiguravam então como inevitável e inegavelmente nobres, incomumente aliados ao bem comum e, conseqüentemente, desejáveis, por si só, por todos e para todos. No Brasil, o período que se estende aproximadamente de 1968 a 1978 assinala um momento em que os psicólogos almejam quase unanimemente a tal “nobreza terapêutica” - psicanalítica, em especial -, estabelecendo batalhas, à época ditas “por justiça”, contra “médicos injustos” que os quereriam impedir de ser, como eles próprios, alegados “especialistas do bem”(comum?).

Neste sentido, se 1968 já foi chamado “o ano que não terminou” (VENTURA, 1988) e recentemente se trouxe saudosisticamente à cena literária um *feliz 1958* na qualidade de “o ano que não devia terminar” (SANTOS, 1997), ganha 1978, a nosso ver, o direito de ser apelidado “o ano em que tudo começou”. O processo de redemocratização brasileira, em grande parte movido pelos *novos personagens* - os movimentos sociais - que entravam, então, “em cena” (SADER, 1988), atualizou nossa apreensão de uma série de dizeres intempestivos e conteúdos inquietantes. Embora certas Filosofias, Sociologias e Histórias, bem como algumas reflexões sobre o problema do sujeito não limitadas a fronteiras disciplinadoras já estivessem, há muito, fazendo um trabalho de dedicados *alfaiates* - a alargar nossas roupas antes tão “justas” -, é aproximadamente a partir desse momento que se começa a operar uma radical desnaturalização daquilo que se julgava essencialmente ligado ao *bem*, dando início, simultaneamente, à busca pela presença, bem mais rara e singular, do simplesmente *bom*.

As histórias efetivas, contudo, jamais estão em atraso. Conforme se poderia dizer, recorrendo a Nietzsche, apenas o construtor do presente pode voltar-se para o passado no intuito de julgá-lo. Sendo assim, a partir daquele momento encontramos novos personagens, ou companheiros. No plano discursivo, os escritos de Foucault, Castel, Deleuze, Guattari, Lourau, Lapassade, Goffman - para citar apenas meus principais encontros - , bem como aqueles das vibrantes antropologia urbana e história crítica da psiquiatria brasileiras, nos transformaram, ao menos em parte, de aspirantes à maestria na “fabricação de interiores” (BAPTISTA, 1987), em *mestres da suspeita* quanto a nossos próprios dizeres e fazeres, sempre suscetíveis de nos configurar enquanto “guardiães da ordem” (COIMBRA, 1995), “empresários morais” (BECKER, 1966), “alugadores de orelhas” (FOUCAULT, 1984), ou, na irreverente linguagem contracultural ou meia-oitista, “psico-tiras”.

No âmbito das intervenções nos tem sido possível, desde então, tanto experimentar riscos quanto refletir sobre *intoleráveis limites*. Pois enquanto as ações de Basaglia nos marcavam - espero que de maneira sempre mais duradoura - com o convite à aventura da *desinstitucionalização* – propondo e praticando, em um perturbador paradoxo, uma Psiquiatria Democrática (!) –, o passado brasileiro recente, inclusive no plano *psi*, começava a libertar-se da invectiva do “não conte a ninguém”.(VIANNA, 1995) Omissões, cumplicidades e conviências, sintetizadas na figura de um *psicanalista torturador*, *torturador psicanalista* ou *psicanalista e torturador* - o segredo, a proibição de dizer, é aqui mais relevante que o detalhe significante -, conduziram-nos a um quase generalizado paroxismo. Sendo assim, a relação entre as intervenções *psi* e a justiça se fizeram multiplicidade e pergunta, abandonando as sendas antes inabaláveis das afirmações auto-legitimadoras e auto-glorificantes.

Os textos a seguir estão, a nosso ver, configurados por este campo problemático: um e interrogativo substitui qualquer é essencializador. Decerto cada um dos autores se arriscará a responder mediante uma singular experimentação. A mesma coisa ocorrerá, provavelmente, com os leitores. Afinal, e aqui penso especificamente nos agentes *psi*, já somos *outros*, e o passado a que fiz referência começa a deixar de ser o nosso? Ou, como não sabemos muito bem o que estamos nos tornando, ainda somos o que há muito temos sido? Em que forma de justiça podem nossos saberes e fazeres do presente resultar? A da “roupa justa” ou a do “movimento incessante”?

Ficam as indagações, já que não pretendo formular princípios, notadamente com apoio em qualquer psicologia. Pois para que a conjunção-indagação *método e ficção* possa efetivamente engendrar alguma experimentação, valeria lembrar, parodiando Lobosque (1997, p. 21) , que a pertinência exclusiva dos assuntos ditos *psi* ao mundo *psi* constitui

justamente um dos modos principais de sua exclusão da cultura. E, finalmente, acrescentar: bem como de sua exclusão da luta pela *vida bela* e pela *justiça*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAPTISTA, L. A. S. - *Algumas histórias sobre a fábrica de interiores*. Tese de Doutorado. Instituto de Psicologia da USP, 1987.
- BECKER, H. S. - *Outsiders: studies in the sociology of deviance*. New York: The Free Press, 1966.
- CARDOSO, C. F., VAIFAS, R. (orgs.) - *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- COIMBRA, C. M. B. - *Guardiães da ordem: uma viagem pelas práticas 'psi' no Brasil do milagre*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DELEUZE, G. - *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- DUARTE, L. F. - *Da vida nervosa (nas classes trabalhadoras urbanas)*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.
- DUARTE, L. F., ROPA, D. - "Considerações teóricas sobre a questão do "atendimento psicológico" às classes trabalhadoras". Em: Figueira, S.A. (org.) - *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- ENGEL, M. - *Meretrizes e doutores*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ENGEL, M. - "Notas sobre a construção da loucura como doença mental". Em *Anuário do LASP*, ano I, vol.1, 1991-1992
- EWALD, F. - "A esquizoanálise". Em: Escobar, C.H. (org.) - *Dossier Deleuze*. Rio de Janeiro: Hólon, 1991.
- FONTES, V. - "História e modelos". Em: Cardoso, C. F., Vainfas, R. (orgs.) - *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FOUCAULT, M. - *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- FOUCAULT, M. et al. - "Des travaux". Em: Association pour le Centre Michel Foucault (org.) - *Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989.
- LOBOSQUE, A. M. - *Princípios para uma clínica antimanicomial*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SADER, E. - *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, J.F. - *Feliz 1958: o ano que não devia terminar*. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- VAZ, P. - *O inconsciente artificial*. São Paulo: Unimarco, 1997.
- VENTURA, Z. - *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.
- VIANNA, H. B. - *Não conte a ninguém: contribuição à história das sociedades psicanalíticas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

* Professora e procientista do Departamento de Psicologia Social e Institucional / Instituto de Psicologia da UERJ.

¹ Para uma introdução a estas investigações, ver ENGEL (1991-1992).

² Segundo Deleuze, "o essencial são os intercessores. Sem eles não há obra. Podem ser pessoas - para um filósofo, artistas ou cientistas; para um cientista, filósofos ou artistas -, mas também coisas, plantas, até animais (...) Fictícios ou reais, animados ou inanimados, é preciso fabricar seus próprios intercessores" (DELEUZE, 1992, p. 156).